



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

www.valentimgentil.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/valentimgentil

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 1 de 38

SUMÁRIO

Poder Executivo	2
Atos Oficiais	2
Decretos	2
Contas Públicas e Instrumentos de Gestão Fiscal	21
Tributos arrecadados	21
Outros Atos	23

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Valentim Gentil, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Valentim Gentil poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.valentimgentil.sp.gov.br

Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/valentimgentil

As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Valentim Gentil

CNPJ 46.599.833/0001-11

Praça Jacilândia, nº 4-33

Telefone: (17) 3485-9400

Site: www.valentimgentil.sp.gov.br

Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/valentimgentil

Câmara Municipal de Valentim Gentil

CNPJ 49.677.941/0001-53

Avenida Eduardo Vicente, nº 4/20

Telefone: (17) 3485-1243 | (17) 3485-1482

Site: www.camaravalentimgentil.sp.gov.br



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Valentim Gentil garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.valentimgentil.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/valentimgentil



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 2 de 38

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Decretos



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.430, DE 09 DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre aprovação da Resolução 02, de 27 de dezembro de 2022, do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, que regulamenta os critérios para concessão de Benefícios Eventuais da Política Municipal de Assistência Social – Lei nº 2.508 de 16 de dezembro de 2022, estabelecendo fluxo de oferta.

ADILSON JESUS PEREZ SEGURA, Prefeito do Município de Valentim Gentil, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições legais e **CONSIDERANDO**:

I - a Lei Municipal nº 2.508, de 16 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do município de Valentim Gentil;

II - o Capítulo de nº V, da Lei Municipal nº 2.508, de 16 de dezembro de 2022, em cumprimento aos artigos 36 ao 49, que dispõe sobre a Prestação de Benefício Eventuais, bem como critérios e prazos para concessão dos mesmos;

III - a necessidade de apoiar o reordenamento da prestação dos benefícios eventuais à luz das diretrizes nacionais sobre os benefícios eventuais - LOAS/1993, PNAS/2004, NOB/2005, Resolução CNAS nº 212/2006, Decreto Federal nº 6307/2007, Lei Federal nº 12.435/2011 e outras normativas;

IV - a Resolução nº 039, de 09 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde;

V - o caderno de Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS de 2018, expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social; e

VI - por fim, a Resolução nº 02, de 27 de dezembro de 2022, do Conselho Municipal de Assistência Social de Valentim Gentil, que regulamenta os critérios para concessão de Benefícios Eventuais da Política Municipal de Assistência Social – Lei nº 2.508, de 16 de dezembro de 2022;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 3 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Resolução nº 02, de 27 de dezembro de 2022, do Conselho Municipal de Assistência Social de Valentim Gentil, que regulamenta os critérios para concessão de Benefícios Eventuais da Política Municipal de Assistência Social – Lei nº 2.508, de 16 de dezembro de 2022, constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam definidos os procedimentos e fluxo da oferta na prestação dos Benefícios Eventuais, onde a concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, art. 22, e será feita por meio do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, na Proteção Social Básica, localizado na Avenida Cavalin, nº 9-33, bairro Centro, e na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, pela Proteção Social Especial de Complexidade, Órgão Gestor, localizado na Avenida Cavalin, nº 9-33, B, bairro Centro, no Município de Valentim Gentil, SP.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Valentim Gentil, 09 de janeiro de 2023

ADILSON JESUS PEREZ SEGURA

Prefeito Municipal

CERTIDÃO

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA MEDEIROS JUNIOR, Responsável pelos Atos Oficiais da Prefeitura do Município de Valentim Gentil, Estado de São Paulo, **CERTIFICA** e dá fé, que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município (Lei nº 2.109, de 28 de outubro de 2015), na data de 10 de janeiro de 2023.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA MEDEIROS JUNIOR

Responsável pelos Atos Oficiais



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 4 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL
ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO ÚNICO

A que se refere o art. 1º deste Decreto

Resolução CMAS nº 02, de 27 de dezembro de 2022



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 5 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL
ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



RESOLUÇÃO N.º 02 de 27 de Dezembro de 2022.

Regulamenta a Lei Municipal nº 2508 de 16 de dezembro de 2022 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Valentim Gentil no tocante aos critérios para concessão de Benefícios Eventuais da Política Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, em Reunião Ordinária realizada no dia 27 de dezembro de 2022, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 2508 de 16 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do município de Valentim Gentil.

CONSIDERANDO a Lei SUAS Municipal 2508 de 16 de dezembro de 2022, sendo específico quanto ao capítulo de nº V, da referida Lei, em cumprimento aos artigos 36 ao 48, que dispõe sobre a Prestação de Benefícios Eventuais, cabendo ao CMAS junto com os trabalhadores SUAS, debater e propor critérios e prazos para concessão dos mesmos;

CONSIDERANDO sobre a necessidade de apoiar o reordenamento da prestação dos benefícios eventuais à luz das diretrizes nacionais sobre os benefícios eventuais - LOAS/1993, PNAS/2004, NOB/2005, Resolução CNAS nº 212/2006, Decreto Federal nº 6307/2007, a Lei Federal nº 12.435/2011 e outras normativas;

CONSIDERANDO a necessidade de seguir a Resolução nº 039 de 09 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde;

1

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 6 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



CONSIDERANDO que este Conselho deve se pautar no Caderno de Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS de 2018, expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

CONSIDERANDO que no artigo 40, parágrafo único prevê a necessidade desta resolução e no artigo 47 da nossa lei municipal deixa claro que o Poder Executivo terá que editar um Ato normativo onde disporá sobre procedimentos e fluxos de oferta de prestação dos benefícios eventuais.

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar a concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do Município de Valentim Gentil/SP, sabendo que os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Art. 2º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, art. 22, e será feita por meio do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, na Proteção Social Básica, localizada Avenida Cavalim nº 933(a), Centro e na Secretaria Municipal de Assistência Social, pela Proteção Social Especial de Complexidade, Órgão Gestor, localizado na Avenida Cavalim nº 933(b), Centro na no Município de Valentim Gentil.

Art. 3º Terão direito ao benefício eventual famílias ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social, devido a fragilidade de vínculos, identidade, exclusão pela pobreza, dependência química, violência, precarização do trabalho, desemprego e/ou risco de vida, domiciliadas em Valentim Gentil.

§ 1º Destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de alguma eventualidade, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

2

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 7 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



§ 2º Consideram-se CONTINGÊNCIAS SOCIAIS, para fins do disposto neste artigo, situações de vulnerabilidade que fazem parte da condição real da vida em sociedade, tais como: acidentes, nascimentos, mortes, desemprego, enfermidades, situação de emergência, estado de calamidade pública, entre outros.

§ 3º Vulnerabilidade temporária se caracteriza pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos como:

I - Riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - Perdas: privação de bens e de segurança material; e

III - Danos: agravos sociais e ofensa.

§ 4º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - Da falta de:

a) acesso a condições e meios para produzir segurança social e suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação; e

c) domicílio;

II - Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - Da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - De outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 5º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 6º Os Benefícios Eventuais só devem atender situações de vulnerabilidade pertinentes a Política de Assistência Social. Assim, não serão considerados benefícios eventuais de assistência social situações relacionadas a programas, projetos, serviços e benefícios na área de saúde, educação, e demais políticas setoriais.

Art. 4º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante **parecer social e/ou psicossocial**, pormenorizado, elaborado pela Equipe técnica que atua nos serviços de Proteção Social Básica e Especial (CRAS e Órgão Gestor).

Parágrafo único. Considerando a necessidade de análise dos critérios e cada situação particular, a concessão de benefícios eventuais caracteriza-se atividade a ser

3

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 8 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



realizada por profissionais de nível superior, observando-se o cumprimento da Resolução CNAS nº 17 de 2011, em serviços socioassistenciais e o obrigatório registro em conselhos de classe, quando houver.

Art. 5º O critério balizador de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário-mínimo vigente, ressalvados casos especiais, ocasião em que será concedido acesso mediante estudo e parecer social/psicossocial.

§ 1º Os benefícios de transferência de renda federal modalidade “Auxílio Brasil”, não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

§ 2º Para avaliação da concessão de Benefícios Eventuais são necessários apresentar os seguintes documentos:

I - Carteira de Identidade e CPF, ou documento comprobatório da ausência dos mesmos, de todos os membros da família, que residem no mesmo domicílio;

II - Certidão de nascimento de crianças e adolescentes, quando não possuírem carteira de identidade;

III - Carteira de Trabalho de todos os membros da família, maiores de 16 anos, que residem no mesmo domicílio;

IV - Comprovante de rendimentos, sendo: comprovante de pagamento atualizado, pensão alimentícia, comprovante de seguro-desemprego;

V - Declaração de existência ou inexistência de benefícios previdenciários (aposentadoria, pensão, auxílio-doença, outros benefícios sociais, como BPC) de todos os membros da família maiores de 16 anos, que residem no mesmo domicílio;

VI - Comprovante de residência atual do ano em curso (fatura de água, luz, telefone e outros);

VII - Comprovante de locação, no caso de pagar aluguel.

§ 3º O critério de **renda não deve ser fator condicionante para o acesso aos benefícios**, levando em consideração as contingências sociais como conceito para compreensão da real necessidade, devendo, para tanto, o técnico de referência justificar a concessão por meio de parecer pormenorizado.

4

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 9 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



§ 4º A inclusão da família ou pessoa beneficiada no CADÚNICO **não deverá constituir critério para acesso aos benefícios**, mas os beneficiários deverão ser encaminhados para cadastro.

DO AUXÍLIO NATALIDADE

Art. 6º O auxílio natalidade constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, a ser ofertado em forma de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública, visando reduzir a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família, e deverá ser concedido:

I - À genitora ou família que comprove residir e/ou esteja em trânsito no Município de **Valentim Gentil** e seja potencial usuária da assistência social;

II - À família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;

III - Famílias adotantes de crianças;

IV - Mulheres que realizaram a interrupção da gravidez nas situações previstas em leis;

V - Famílias que necessitam da provisão socioassistencial, independente da orientação sexual ou identidade de gênero informada pelos(as) beneficiários(as).

Artigo 7º - O auxílio por natalidade atenderá, preferencialmente, aos seguintes aspectos:

I - Necessidades do nascituro;

II - Apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;

III - Apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º O benefício natalidade, na forma de pecúnia, devendo ser na modalidade de "Pix" e ou transferência bancária para conta do beneficiário, o qual será de até **R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)**, podendo ser pago **até 03 vezes**, e em número igual ao da ocorrência de nascimento.

§ 2º O auxílio na forma de bens de consumo consiste no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária, e será concedido uma única vez em número igual ao

5

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 10 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



da ocorrência de nascimento.

§ 3º O benefício poderá ser solicitado a partir do 7º mês de gestação, e até 90 (noventa) dias após o nascimento.

§ 4º O benefício natalidade em bens de serviço deverá ser entregue até 30 (trinta) dias após o requerimento.

§ 5º A morte da criança não inabilita a família a receber o benefício natalidade.

§ 6º Em caso de risco de morte da criança e ou da genitora, ou de ambos, os familiares podem requerer este benefício imediatamente.

Art. 8º A oferta do benefício eventual por situação de nascimento se destina a evitar e superar inseguranças e vulnerabilidades sociais vivenciadas pelas mães e famílias nos processos que envolvem o nascimento ou a morte da própria mãe e/ou dos filhos(as) e que impactam na convivência, na autonomia, na renda, enfim, na capacidade de viver dignamente e de proteger uns aos outros no grupo familiar.

Art. 9º São documentos essenciais para concessão do benefício natalidade:

I - Documento oficial com foto da(o) requerente;

II - Atestado/declaração médica e/ou carteira da gestante, comprovando o tempo gestacional, quando a solicitação se der durante a gestação; ou certidão de nascimento, quando a solicitação se der após o nascimento;

III - Atestado e ou declaração médica comprovando o risco de morte da criança e ou da genitora, ou de ambos, no ato da solicitação;

IV – Comprovante de endereço residencial da(o) requerente;

V - Certidão de Óbito;

VI - Demais documentos constantes do **Art. 5º** desta Resolução.

DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 10º O benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família, que resida no município, e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar as vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros, e será concedido em número igual ao da ocorrência de falecimento.

6

FONE (17) 3485-1321

AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 11 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



Art. 11º O benefício eventual por morte deverá ser concedido nas formas de bens de consumo ou serviços, conforme a necessidade do requerente, e o que indicar o trabalho social realizado com a família referenciada ao CRAS, comprovadamente residente no município de Valentim Gentil, sem lapso temporal.

Art. 12º Os serviços devem cobrir o custeio de despesas de:

- Urna mortuária, cessão, serviços, e paramentos funerários;
- Tanatopraxia (preparação do corpo) em casos de necessidade;
- Translado funerário de óbito, caso se faça necessário.
- Isenção de taxas de serviço de sepultamento/exumação, ou concessão de terreno no cemitério municipal.

§ 1º A concessão do benefício auxílio funeral deve garantir a dignidade e o respeito à família beneficiária, a qual deve ser avaliado pela equipe técnica responsável pelo atendimento.

§ 2º O Auxílio Funeral será de até **R\$ 3.915,00 (três mil e novecentos e quinze reais)**, e será pago em número igual ao da ocorrência de falecimento.

§ 3º O requerimento inicial será realizado no ato da solicitação do benefício, no CRAS de Valentim Gentil, o qual posteriormente, será enviado pelo órgão à Secretaria de Assistência Social para finalização do processo.

Art. 13º São documentos essenciais para concessão de auxílio funeral:

- Documento oficial com foto do falecido e do requerente;
- Declaração e/ou Certidão de Óbito;
- Comprovante de endereço residencial em nome do falecido ou de quem com ele comprovadamente residia (familiar, cuidador, instituição de longa permanência para idosos etc.);
- Boletim de ocorrência nos casos de impossibilidade de nenhum destes documentos.

Artigo 14º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inserido nos serviços de Alta Complexidade, a entidade por meio de um representante da equipe técnica poderá solicitar o auxílio funeral.

7

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 12 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



Parágrafo Único: Caso o falecido seja indigente e ou morador de rua, o técnico responsável pela Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade da rede socioassistencial realizará todo o processo.

DO AUXÍLIO À SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 15º O Auxílio em caso de Vulnerabilidade Temporária caracteriza-se pelo advento de riscos (ameaça de sérios padecimentos), perdas (privação de bens e de segurança material) e danos a integridade pessoal e familiar (agravos sociais e ofensas), e será destinado à família ou ao indivíduo visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, devido a fragilidade de vínculos, identidade, exclusão pela pobreza, dependência química, violência, precarização do trabalho, desemprego e risco de vida e deve integrar-se à oferta dos serviços socioassistenciais, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

§ 1º A oferta de benefício eventual nessa situação objetiva garantir o restabelecimento das Seguranças Sociais que foram comprometidas com o evento incerto; envolve o processo de acolhida e recuperação da autonomia dos sujeitos sociais, promovendo tanto o acesso a bens materiais quanto imateriais no restabelecimento do convívio familiar e comunitário dos beneficiários.

§ 2º O benefício eventual ofertado na situação de vulnerabilidade temporária para indivíduos e famílias é identificado expressamente no artigo 7º, do Decreto nº 6.307/2007, na forma das seguintes modalidades: alimentação, transporte/passagem, hospedagem, documentação, tarifas e domicílio.

§ 3º Os riscos, perdas e danos, de que trata o caput, podem decorrer:

- I – Da falta de acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família;
- II – Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
- III – Da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;
- IV – De desastres e de calamidade pública;
- V – De outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

8

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 13 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



Art. 16º O benefício será concedido na forma de pecúnia, bens de consumo ou serviço, em caráter temporário, sendo o seu valor e duração definidos de acordo com a situação em que o indivíduo ou sua família estão momentaneamente impossibilitados de lidar com o enfrentamento de situações específicas, cuja ocorrência impede ou fragiliza a manutenção daquele indivíduo, da unidade familiar ou limita a autonomia de seus membros, identificados nos processos de atendimento dos serviços.

Parágrafo único: Os benefícios tratados neste artigo devem guardar relação otimizadora com os serviços (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial e outros previstos no SUAS).

Art. 17º O benefício eventual na forma de **Auxílio Alimentação**, tem como objetivo o atendimento emergencial das famílias que se encontram em vulnerabilidade e risco social, com a finalidade de auxiliar no custeio da alimentação, para suprir situações esporádicas, de prestação temporária não contributiva.

Parágrafo único. Consiste em prestação temporária, destinada aos usuários da Política da Assistência Social, fragilizados economicamente e em situação de risco social, com vistas a garantir o acesso às suas necessidades básicas de subsistência, provenientes de recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 18º A alimentação como benefício de natureza eventual deve ter sua provisão garantida em momentos emergenciais, destinando-se à:

- a) Famílias usuárias ou não da política de Assistência Social;
- b) Famílias com Idosos sem capacidade física e ou mental para composição de renda, e ou que tenham membros com impossibilidade de desempenhar as atribuições definidas para os cargos, funções ou empregos, provocada por alterações patológicas decorrentes de doenças ou acidentes, em sua composição;
- c) Gestantes;
- d) Famílias numerosas, com crianças e adolescentes;
- e) Famílias que tiveram o abandono do provedor;
- f) Famílias com seus membros adultos provedores impossibilitados de desempenhar as atribuições definidas para cargos, funções ou empregos, provocada por alterações patológicas decorrentes de doenças ou acidentes, estando assim em tratamento de saúde, impedidos de se inserir no mercado de trabalho;

9

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 14 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



- g) Famílias monoparentais que vivam de trabalhos esporádicos;
- h) Famílias em acompanhamento pelo Proteção Social Básica ou Proteção Social Especial (na falta deste, Técnico de Referência da Média e Alta Complexidade);
- i) Morador de rua e ou pessoas em situação de rua.

§ 1º O benefício em forma de pecúnia, devendo ser na modalidade de “Pix” e ou transferência bancária para conta do beneficiário onde será concedido de acordo com:

- a) Composição familiar de até duas pessoas, sendo o valor de **R\$ 150,00**.
- b) Composição familiar de acordo com itens “b” à “h” do art. 18º, acrescentará mais **R\$50,00** por membro familiar, podendo chegar ao teto máximo de **R\$ 450,00**.

§ 2º O Auxílio Alimentação será destinado única e exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza, sendo vedada a aquisição de cigarro, bebidas alcoólicas ou outros produtos que não se enquadram nas especificações descritas neste artigo; quando na forma de bens de consumo ou serviços, e poderá **ser ofertado até 03 (três) vezes do decorrer de um ano**.

§ 3º Quando houver a necessidade de uma provisão alimentar contínua, ocasionada por desemprego acentuado será encaminhado para o programa de segurança alimentar municipal.

Art. 19º O Auxílio Passagem atenderá os usuários da Política de Assistência Social, que se encontrem em trânsito no município e em situação de vulnerabilidade, pela qual não tenha outro meio de voltar à sua cidade de origem, ou para os residentes no Município, que necessitem de referido auxílio para evitar o rompimento de vínculos familiares.

§ 1º O benefício eventual para acesso a **transporte ou passagem** terá como objetivo reduzir desigualdades, promover inclusão social, acessos básicos a equipamentos sociais.

§ 2º Para concessão do referido benefício, a equipe deve observar a existência de referência no município de origem, dentro das premissas do SUAS e jamais com o cunho higienista.

§ 3º O benefício consistirá em Auxílio em passagens, mudança ou traslado, municipal, intermunicipal e estadual que atenderá pessoas em situação de rua, ou em

10

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 15 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



situação de risco que pretendem regressar a sua cidade de origem ou cidade com familiares, bem como, para residentes no Município que tenham familiares em outras localidades, ou inseridos no sistema prisional, com o objetivo de evitar o rompimento de vínculos familiares, sendo concedido:

I- Para retorno do indivíduo ou família à cidade natal, em decorrência do afastamento de situação de violação de direitos e ausência de vínculos no município, buscando restabelecer os vínculos na cidade de origem.

II- Para atender situações de migrações, conforme interesse dos próprios migrantes, deixando a condição de migrante após seis meses de residência no município.

III- Necessidade de Fortalecer Vínculos com familiares (pais, irmãos e filhos) em outras localidades, objetivando não rompimento desses laços para o não isolamento social e parental.

IV- Famílias que tem entre seus membros (pais, irmãos e filhos) no sistema prisional do estado de São Paulo, privados da liberdade, por cumprirem penalidades, evitando o rompimento do vínculo familiar, bem como para posterior reinserção do mesmo ao seio familiar.

§ 4º O benefício será concedido na forma pecúnia, devendo ser na modalidade de “Pix” e ou transferência bancária para conta do beneficiário, uma única vez, nos casos dos itens “I” e “II”, sendo o seu valor de acordo com o transporte correspondente ao destino.

§ 5º O benefício será concedido na forma de bens de consumo e/ou serviços:

a. No caso do item “III”, no máximo de 02 (duas) viagens no decorrer de um ano.

b. No caso do item “IV”, no máximo de 04 (quatro) viagens no decorrer de um ano.

Art. 20º O Auxílio Hospedagem consistirá na contratação de hospedagem e alimentação temporárias, nos casos em que a(s) pessoa(s) se encontrem em situação de rua, em trânsito, com impossibilidade de serem atendidas com o Auxílio Passagem de forma imediata, famílias que tenham suas residências acometidas por casos fortuito ou força maior, ou ainda em situação de calamidade pública; violência e risco iminente, da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo a si e a seus filhos; da

11

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 16 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida; de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Parágrafo único. A contratação de hospedagem não deverá ultrapassar a 04 (quatro) pernoites consecutivos e/alternados, no período de 01 (um) ano.

Art. 21º O benefício eventual na forma de **Auxílio Documentação**, tem como objetivo o atendimento emergencial das famílias que se encontram em vulnerabilidade e risco social, com a finalidade de auxiliar no custeio de segunda via de documentos que exijam o pagamento de taxas de emissão, fotos 3x4, depois de verificada a inexistência de gratuidade para este fim, para suprir situações esporádicas, de prestação temporária não contributiva.

Parágrafo Único. Consistem em prestação temporária destinado aos usuários da Política da Assistência Social fragilizados economicamente e em situação de risco social, com vistas a garantir o acesso às suas necessidades básicas de subsistência, provenientes de recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social, sendo concedidos uma única vez por pessoa, durante o ano, ou conforme avaliação dos técnicos.

Art. 22º O benefício **Auxílio Aluguel** será realizado diante da presença de situações de risco social, prioritariamente para prevenir situações de rompimento de vínculos familiares, mediante a apresentação do contrato de locação em nome do responsável familiar, de acordo com as vulnerabilidades abaixo descritas:

- a) Situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
- b) Perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça a vida;
- c) Outras situações sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.
- d) Presença de violência física ou psicológica na família ou por situações de ameaça à vida como trabalho infantil, conflito com a lei, abuso ou exploração sexual, negligência, isolamento, maus-tratos por questões de gênero e discriminação racial e sexual;
- e) Processo de reintegração familiar e comunitária de crianças, adolescentes e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva;

12

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 17 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



f) Famílias que se encontram em moradias em condições de risco;

Parágrafo único: O benefício será concedido em forma de pecúnia, devendo ser na modalidade de “Pix” e ou transferência bancária para conta do beneficiário, correspondente ao valor de até R\$ 500,00 (quinhentos reais), com custeio de até 03 (três) meses de aluguel por ano.

Art. 23º O Benefício Auxílio no Custeio de Tarifas de água, energia elétrica e gás - será realizado prioritariamente para famílias com crianças e/ou idosos e diante da presença de risco social, com a possibilidade de custeio de até 03 tarifas ou recargas durante o ano.

§ 1º No caso de **excepcionalidades**, onde a utilização de energia e/ou água é essencial para manutenção da vida do usuário, sendo necessário uma avaliação técnica dos profissionais do SUAS, pautados no direito a vida, na garantia de direitos e sobrevivência se estenderá a quantidade de tarifas o quanto se fizer necessário.

§ 2º Também atenderá situações de **desabrigo dos serviços de acolhimento** institucional da assistência social, auxiliando no processo de reconstrução de seus vínculos familiares.

Art. 24º - São documentos essenciais para concessão do benefício eventual prestado em virtude de vulnerabilidade temporária:

I. Documento pessoal com foto, de todos os membros do núcleo familiar e, em caso de perda destes, apresentação do boletim de ocorrência (BO), caso não esteja no cadastro único.

II. Comprovante de residência e atualização do Cadastro Único.

III. Procuração, caso necessário.

Parágrafo Único: a procuração será exigida quando o benefício for concedido a pessoa ou família que se encontram incapaz de locomoção, tutelado, com guarda provisória e ou curatela.

DO AUXÍLIO À SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Art. 25º Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

13

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 18 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



Parágrafo Único. Em situação de calamidade pública deve ser levado em consideração a oferta dos benefícios eventuais já existentes no município.

Art. 26º Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos a comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

Art. 27º O benefício na forma de aluguel social, poderá ser requerido em caso de decretação de calamidade pública e ou situação de emergência devendo ser fornecido após o deferimento do pedido.

Art. 28º O aluguel social será fornecido pelo período de **até 06 (seis) meses, sendo seu valor até a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos) reais.**

Art. 29º São documentos essenciais para a concessão do aluguel social, além daqueles previstos no § 2º, do Artigo 5º e 24º desta Resolução:

- a. Laudo de vistoria técnica do Setor Municipal de Engenharia Civil ou Corpo de Bombeiros reconhecendo a necessidade de desocupação do imóvel; ou
- b. Documento oficial, emitido por órgão responsável, que comprove que o requerente reside na área afetada.

Art. 30º Nos casos em que a pessoa ou família não se enquadrar nos critérios estabelecidos nesta Resolução, o técnico responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais poderá conceder o benefício mediante parecer técnico.

Art. 31º O teto por família na concessão deste benefício em forma de pecúnia,devendo ser na modalidade de “Pix” e ou transferencia bancária para conta do beneficiário ou bens de consumo será de **até R\$ 500,00 (quinhentos) reais.**

DA COMPETÊNCIA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 32º Caberá a Secretária da política de Assistência Social do município a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como seu financiamento total ou compartilhado com outras esferas de governo.

14

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 19 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



Art. 33º O Órgão Gestor Municipal da política de Assistência Social, juntamente com o Conselho Municipal de Assistência Social, fará uma avaliação e revisão desta resolução no segundo semestre de 2023 por meio de comissão técnica especialmente formalizada para este fim.

Art. 34º O Órgão Gestor Municipal da política de Assistência Social, apresentará seu plano de ação e competências em casos de calamidade ou emergência pública.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 35º O pagamento dos benefícios eventuais será feito no prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis**, e preferencialmente mediante **transferência bancária ou pix na conta do requerente**.

Art. 36º Não são benefícios eventuais da assistência social, as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da habitação, e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 37º Caberá aos Equipamentos da Política de Assistência Social de Induporã:

I. A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento e a avaliação do atendimento com os benefícios eventuais.

II. A realização de estudos da realidade e constante monitoramento das demandas para o atendimento com os benefícios eventuais.

III. Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Parágrafo Único. Os Equipamentos Política de Assistência Social deverão encaminhar relatórios destes atendimentos, semestralmente, ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 38º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria, previstas na Unidade Orçamentária "Fundo Municipal de Assistência Social" e sujeita a disponibilidade financeira, recursos das fontes: municipal e estadual.

Parágrafo único. Os benefícios regulamentados nesta Resolução deverão ser pagos até trinta dias após o requerimento.

15

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 20 de 38



MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

ESTADO DE SÃO PAULO



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



Art. 39º O Poder Executivo, no que couber, regulamentará a presente Resolução através de Decreto.

Art. 40º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, regulamentando a Lei Municipal n.º 915 de 31 de agosto de 2017.

Valentim Gentil -SP, 27 de Dezembro de 2022.

Karina de Oliveira Santos
Presidente do CMAS Valentim Gentil/SP

16

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 21 de 38

Contas Públicas e Instrumentos de Gestão Fiscal

Tributos arrecadados



PREF MUNIC VALENTIM GENTIL

PRAÇA JACILÂNDIA, Nº 4-33

46599833/0001-11

Exercício: 2022

DEMONSTRATIVO MENSAL DOS RECURSOS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO ARTIGO 162 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 05/10/1988

Dezembro

CONSOLIDADO

Page 1

Código	Especificação	Saldo Anterior	MES	T O T A L
RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO				
1112.50.0.1.00.00	IPTU-PRINCIPAL	1.885.196,22	169.457,75	2.054.653,97
1112.53.0.1.00.00	ITBI-PRINCIPAL	1.301.976,88	71.162,54	1.373.139,42
1113.03.1.1.00.00	IRRF-TRABALHO-PRINCIPAL	859.609,36	167.605,23	1.027.214,59
1113.03.4.1.00.00	IRRF-OUTROS RENDIMENTOS-PRINCIPAL	20.134,80	3.613,12	23.747,92
1114.51.1.1.00.00	ISSQN-PRINCIPAL	1.451.674,27	281.559,95	1.733.234,22
1114.51.1.1.00.01	IMPOSTO SOBRE SERV. QUALQUER NATUREZA - SIMPLES NACIONAL	728.146,50	70.787,40	798.933,90
1121.01.0.1.01.00	TAXA LICENÇA FUNC. ESTAB. CIAL. INDAL. PREST. SERVIÇOS	197.260,38	12.701,71	209.962,09
1121.01.0.1.02.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	981,12	1.061,80	2.042,92
1121.01.0.1.03.00	TAXA DE FUNC. ESTABELECIMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL	573,48	63,72	637,20
1121.01.0.1.04.00	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	6.270,53	1.189,16	7.459,69
1121.01.0.1.05.00	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	467,17	1.610,40	2.077,57
1121.01.0.1.06.00	TAXA DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	33.559,18	3.587,14	37.146,32
1121.01.0.1.07.00	TAXA DE HABITE-SE	6.817,22	656,62	7.473,84
1121.01.0.1.99.00	OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA	212,35	191,10	403,45
1121.50.0.1.00.00	TAXA FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA-PRINCIPAL	34.576,79	2.880,04	37.456,83
1122.01.0.1.01.00	TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS	22.842,44	1.975,56	24.818,00
1122.01.0.1.02.00	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CEMITÉRIO	45.612,84	7.991,43	53.604,27
1122.01.0.1.03.00	TAXA DE SERVIÇOS URBANOS	384.787,72	29.627,69	414.415,41
1122.01.0.1.99.00	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS EM GERAL	28.695,42	6.606,46	35.301,88
1122.02.0.1.00.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-PRINCIPAL	2.356,18	232,35	2.588,53
Sub Total		7.011.750,85	834.561,17	7.846.312,02
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO				
1711.51.1.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME	19.976.028,34	2.148.556,24	22.124.584,58
1711.51.1.1.01.00	COTA-PARTE FUNDO PARTICIPAÇÃO MUNICÍPIOS - 1% SETEMBRO	0,00	0,00	0,00
1711.51.2.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA	0,00	970.778,62	970.778,62
1711.51.2.1.01.00	COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA SETEMBRO	164.463,43	0,00	164.463,43
1711.51.3.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA	910.227,81	0,00	910.227,81
1711.52.0.1.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	183.994,38	10.607,29	194.601,67
Sub Total		21.234.713,96	3.129.942,15	24.364.656,11
TRANSFERÊNCIA DO ESTADO				
1721.50.0.1.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	9.870.435,52	890.989,73	10.761.425,25
1721.51.0.1.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	2.737.252,47	132.554,53	2.869.807,00
1721.52.0.1.00.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	59.438,59	5.327,14	64.765,73
Sub Total		12.667.126,58	1.028.871,40	13.695.997,98
RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO - MULTAS E JUROS				
1112.50.0.2.00.00	IPTU-MULTAS JUROS	6.080,36	4.364,13	10.444,49
1112.53.0.2.00.00	ITBI-MULTAS JUROS	632,18	0,00	632,18
1114.51.1.2.00.00	ISSQN-MULTAS JUROS	4.400,39	405,11	4.805,50
1114.51.1.2.00.01	IMP. S/ SERV QUALQ. NATUREZA - S. NACIONAL - MULTA E JUROS	5.751,69	317,68	6.069,37
1121.01.0.2.00.00	TAXAS INSPEÇÃO, CONTR. FISCAL - MULTAS JUROS	764,06	215,46	979,52
1121.50.0.2.00.00	TAXA FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA-MULTAS JUROS	235,02	78,78	313,80



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 22 de 38



PREF MUNIC VALENTIM GENTIL

PRAÇA JACILÂNDIA, Nº 4-33

46599833/0001-11

Exercício: 2022

DEMONSTRATIVO MENSAL DOS RECURSOS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO ARTIGO 162 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 05/10/1988

Dezembro
CONSOLIDADO

Page 2

Código	Especificação	Saldo Anterior	MES	TOTAL
RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO - MULTAS E JUROS				
1122.01.0.2.00.00	TAXAS PRESTAÇÃO SERVIÇOS GERAL-MULTAS JUROS	1.597,81	1.258,97	2.856,78
1122.02.0.2.00.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-MULTAS JUROS	21,67	0,00	21,67
Sub Total		19.483,18	6.640,13	26.123,31
RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS				
1112.50.0.3.00.00	IPTU-DÍVIDA ATIVA	485.489,64	154.195,30	639.684,94
1112.53.0.3.00.00	ITBI-DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00
1114.51.1.3.00.00	ISSQN-DÍVIDA ATIVA	28.725,82	10.608,68	39.334,50
1121.01.0.3.00.00	TAXAS INSPEÇÃO, CONTR. FISCAL.-DÍVIDA ATIVA	33.464,85	4.886,84	38.351,69
1121.50.0.3.00.00	TAXA FISCAL. VIGILÂNCIA SANITÁRIA-DÍVIDA ATIVA	4.391,24	44,63	4.435,87
1122.01.0.3.00.00	TAXAS PRESTAÇÃO SERVIÇOS GERAL-DÍVIDA ATIVA	124.843,19	17.239,55	142.082,74
1122.02.0.3.00.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS- DÍVIDA ATIVA	177,11	6,42	183,53
Sub Total		677.091,85	186.981,42	864.073,27
RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS - MULTAS E JUROS				
1112.50.0.4.00.00	IPTU- DÍVIDA ATIVA MULTAS JUROS	44.759,44	8.829,97	53.589,41
1112.53.0.4.00.00	ITBI- DÍVIDA ATIVA MULTAS JUROS	0,00	0,00	0,00
1114.51.1.4.00.00	ISSQN- DÍVIDA ATIVA MULTAS JUROS	2.051,36	4.607,57	6.658,93
1121.01.0.4.00.00	TAXAS INSPEÇÃO, CONTR. FISCAL.- DÍVIDA ATIVA MULTAS JUROS	2.848,51	1.486,77	4.335,28
1121.50.0.4.00.00	TAXA FISCAL. VIGILÂNCIA SANITÁRIA- DÍVIDA ATIVA MULTAS JUROS	250,56	3,19	253,75
1122.01.0.4.00.00	TAXAS PRESTAÇÃO SERVIÇOS GERAL- DÍVIDA ATIVA MULTAS JUROS	12.162,07	1.616,80	13.778,87
1122.02.0.4.00.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS- DÍVIDA ATIVA - MULTAS JUROS	35,79	0,99	36,78
Sub Total		62.107,73	16.545,29	78.653,02
DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB				
9510.00.0.0.00.00	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-6.572.052,62	-637.606,94	-7.209.659,56
9510.00.0.0.01.00	(R) DEDUÇÕES EC 125/2022	-4.016,34	-8.032,68	-12.049,02
Sub Total		-6.576.068,96	-645.639,62	-7.221.708,58
Total		35.096.205,19	4.557.901,94	39.654.107,13

VALENTIM GENTIL, 31 de dezembro de 2022

ADILSON JESUS PEREZ SEGURA
PREFEITO MUNICIPAL

AIRTON MANOEL DE MEDEIROS
CONTADOR - CRC: 1SP 230928/O-0/SP

MÁRIO SÉRGIO VICENTE
TESOUREIRO



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 23 de 38

Outros Atos



**CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP**



RESOLUÇÃO N.º 02 de 27 de Dezembro de 2022.

Regulamenta a Lei Municipal nº 2508 de 16 dedezembro de 2022 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Valentim Gentil no tocante aos critérios para concessão de Benefícios Eventuais da Política Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, em Reunião Ordinária realizada no dia 27 de dezembro de 2022, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 2508 de 16 dedezembro de 2022, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do município de Valentim Gentil.

CONSIDERANDO a Lei SUAS Municipal 2508 de 16 dedezembro de 2022, sendo específico quanto ao capítulo de nº V, da referida Lei, em cumprimento aos artigos 36 ao 48, que dispõe sobre a Prestação de Benefícios Eventuais, cabendo ao CMAS junto com os trabalhadores SUAS, debater e propor critérios e prazos para concessão dos mesmos;

CONSIDERANDO sobre a necessidade de apoiar o reordenamento da prestação dos benefícios eventuais à luz das diretrizes nacionais sobre os benefícios eventuais - LOAS/1993, PNAS/2004, NOB/2005, Resolução CNAS nº 212/2006, Decreto Federal nº 6307/2007, a Lei Federal nº 12.435/2011 e outras normativas;

CONSIDERANDO a necessidade de seguir a Resolução nº 039 de 09 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde;

1

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 24 de 38



**CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP**



CONSIDERANDO que este Conselho deve se pautar no Caderno de Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS de 2018, expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

CONSIDERANDO que no artigo 40, parágrafo único preve a necessidade desta resolução e no artigo 47 da nossa lei municipal deixa claro que o Poder Executivo terá que editar um Ato normativo onde disporá sobre procedimentos e fluxos de oferta de prestação dos benefícios eventuais.

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar a concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do Município de Valentim Gentil/SP, sabendo que os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Art. 2º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, art. 22, e será feita por meio do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, na Proteção Social Básica, localizada Avenida Cavalim nº 933(a), Centro e na Secretaria Municipal de Assistência Social, pela Proteção Social Especial de Complexidade, Órgão Gestor, localizado na Avenida Cavalim nº 933(b), Centro na no Município de Valentim Gentil.

Art. 3º Terão direito ao benefício eventual famílias ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social, devido a fragilidade de vínculos, identidade, exclusão pela pobreza, dependência química, violência, precarização do trabalho, desemprego e/ou risco de vida, domiciliadas em Valentim Gentil.

§ 1º Destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de alguma eventualidade, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

2

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 25 de 38



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



§ 2º Consideram-se CONTINGÊNCIAS SOCIAIS, para fins do disposto neste artigo, situações de vulnerabilidade que fazem parte da condição real da vida em sociedade, tais como: acidentes, nascimentos, mortes, desemprego, enfermidades, situação de emergência, estado de calamidade pública, entre outros.

§ 3º Vulnerabilidade temporária se caracteriza pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos como:

I - Riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - Perdas: privação de bens e de segurança material; e

III - Danos: agravos sociais e ofensa.

§ 4º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - Da falta de:

a) acesso a condições e meios para produzir segurança social e suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação; e

c) domicílio;

II - Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - Da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - De outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 5º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 6º Os Benefícios Eventuais só devem atender situações de vulnerabilidade pertinentes a Política de Assistência Social. Assim, não serão considerados benefícios eventuais de assistência social situações relacionadas a programas, projetos, serviços e benefícios na área de saúde, educação, e demais políticas setoriais.

Art. 4º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante **parecer social e/ou psicossocial**, pormenorizado, elaborado pela Equipe técnica que atua nos serviços de Proteção Social Básica e Especial (CRAS e Órgão Gestor).

Parágrafo único. Considerando a necessidade de análise dos critérios e cada situação particular, a concessão de benefícios eventuais caracteriza-se atividade a ser



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 26 de 38



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



realizada por profissionais de nível superior, observando-se o cumprimento da Resolução CNAS nº 17 de 2011, em serviços socioassistenciais e o obrigatório registro em conselhos de classe, quando houver.

Art. 5º O critério balizador de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário-mínimo vigente, ressalvados casos especiais, ocasião em que será concedido acesso mediante estudo e parecer social/psicossocial.

§ 1º Os benefícios de transferência de renda federal modalidade “Auxílio Brasil”, não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

§ 2º Para avaliação da concessão de Benefícios Eventuais são necessários apresentar os seguintes documentos:

I - Carteira de Identidade e CPF, ou documento comprobatório da ausência dos mesmos, de todos os membros da família, que residem no mesmo domicílio;

II - Certidão de nascimento de crianças e adolescentes, quando não possuírem carteira de identidade;

III - Carteira de Trabalho de todos os membros da família, maiores de 16 anos, que residem no mesmo domicílio;

IV - Comprovante de rendimentos, sendo: comprovante de pagamento atualizado, pensão alimentícia, comprovante de seguro-desemprego;

V – Declaração de existência ou inexistência de benefícios previdenciários (aposentadoria, pensão, auxílio-doença, outros benefícios sociais, como BPC) de todos os membros da família maiores de 16 anos, que residem no mesmo domicílio;

VI - Comprovante de residência atual do ano em curso (fatura de água, luz, telefone e outros);

VII - Comprovante de locação, no caso de pagar aluguel.

§ 3º O critério de **renda não deve ser fator condicionante para o acesso aos benefícios**, levando em consideração as contingências sociais como conceito para compreensão da real necessidade, devendo, para tanto, o técnico de referência justificar a concessão por meio de parecer pormenorizado.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 27 de 38



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



§ 4º A inclusão da família ou pessoa beneficiada no CADÚNICO **não deverá constituir critério para acesso aos benefícios**, mas os beneficiários deverão ser encaminhados para cadastro.

DO AUXÍLIO NATALIDADE

Art. 6º O auxílio natalidade constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, a ser ofertado em forma de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública, visando reduzir a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família, e deverá ser concedido:

I - À genitora ou família que comprove residir e/ou esteja em trânsito no Município de **Valentim Gentil** e seja potencial usuária da assistência social;

II - À família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;

III - Famílias adotantes de crianças;

IV - Mulheres que realizaram a interrupção da gravidez nas situações previstas em leis;

V - Famílias que necessitam da provisão socioassistencial, independente da orientação sexual ou identidade de gênero informada pelos(as) beneficiários(as).

Artigo 7º - O auxílio por natalidade atenderá, preferencialmente, aos seguintes aspectos:

I - Necessidades do nascituro;

II - Apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;

III - Apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º O benefício natalidade, na forma de pecúnia,devendo ser na modalidade de “Pix” e ou transferencia bancária para conta do beneficiário, o qual será de até **R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)**, podendo ser pago **até 03 vezes**, e em número igual ao da ocorrência de nascimento.

§ 2º O auxílio na forma de bens de consumo consiste no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária, e será concedido uma única vez em número igual ao

5

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 28 de 38



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



da ocorrência de nascimento.

§ 3º O benefício poderá ser solicitado a partir do 7º mês de gestação, e até 90 (noventa) dias após o nascimento.

§ 4º O benefício natalidade em bens de serviço deverá ser entregue até 30 (trinta) dias após o requerimento.

§ 5º A morte da criança não inabilita a família a receber o benefício natalidade.

§ 6º Em caso de risco de morte da criança e ou da genitora, ou de ambos, os familiares podem requerer este benefício imediatamente.

Art. 8º A oferta do benefício eventual por situação de nascimento se destina a evitar e superar inseguranças e vulnerabilidades sociais vivenciadas pelas mães e famílias nos processos que envolvem o nascimento ou a morte da própria mãe e/ou dos filhos(as) e que impactam na convivência, na autonomia, na renda, enfim, na capacidade de viver dignamente e de proteger uns aos outros no grupo familiar.

Art. 9º São documentos essenciais para concessão do benefício natalidade:

I - Documento oficial com foto da(o) requerente;

II - Atestado/declaração médica e/ou carteira da gestante, comprovando o tempo gestacional, quando a solicitação se der durante a gestação; ou certidão de nascimento, quando a solicitação se der após o nascimento;

III - Atestado e ou declaração médica comprovando o risco de morte da criança e ou da genitora, ou de ambos, no ato da solicitação;

IV – Comprovante de endereço residencial da(o) requerente;

V - Certidão de Óbito;

VI - Demais documentos constantes do **Art. 5º** desta Resolução.

DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 10º O benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família, que resida no município, e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar as vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros, e será concedido em número igual ao da ocorrência de falecimento.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 29 de 38



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



Art. 11º O benefício eventual por morte deverá ser concedido nas formas de bens de consumo ou serviços, conforme a necessidade do requerente, e o que indicar o trabalho social realizado com a família referenciada ao CRAS, comprovadamente residente no município de Valentim Gentil, sem lapso temporal.

Art. 12º Os serviços devem cobrir o custeio de despesas de:

- a) Urna mortuária, cessão, serviços, e paramentos funerários;
- b) Tanatopraxia (preparação do corpo) em casos de necessidade;
- c) Translado funerário de óbito, caso se faça necessário.
- d) Isenção de taxas de serviço de sepultamento/exumação, ou concessão de terreno no cemitério municipal.

§ 1º A concessão do benefício auxílio funeral deve garantir a dignidade e o respeito à família beneficiária, a qual deve ser avaliado pela equipe técnica responsável pelo atendimento.

§ 2º O Auxílio Funeral será de até **R\$ 3.915,00 (três mil e novecentos e quinze reais)**, e será pago em número igual ao da ocorrência de falecimento.

§ 3º O requerimento inicial será realizado no ato da solicitação do benefício, no CRAS de Valentim Gentil, o qual posteriormente, será enviado pelo órgão à Secretaria de Assistência Social para finalização do processo.

Art. 13º São documentos essenciais para concessão de auxílio funeral:

- a) Documento oficial com foto do falecido e do requerente;
- b) Declaração e/ou Certidão de Óbito;
- c) Comprovante de endereço residencial em nome do falecido ou de quem com ele comprovadamente residia (familiar, cuidador, instituição de longa permanência para idosos etc.);
- d) Boletim de ocorrência nos casos de impossibilidade de nenhum destes documentos.

Artigo 14º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inserido nos serviços de Alta Complexidade, a entidade por meio de um representante da equipe técnica poderá solicitar o auxílio funeral.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 30 de 38



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



Parágrafo Único: Caso o falecido seja indigente e ou morador de rua, o técnico responsável pela Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade da rede socioassistencial realizará todo o processo.

DO AUXÍLIO À SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 15º O Auxílio em caso de Vulnerabilidade Temporária caracteriza-se pelo advento de riscos (ameaça de sérios padecimentos), perdas (privação de bens e de segurança material) e danos a integridade pessoal e familiar (agravos sociais e ofensas), e será destinado à família ou ao indivíduo visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, devido a fragilidade de vínculos, identidade, exclusão pela pobreza, dependência química, violência, precarização do trabalho, desemprego e risco de vida e deve integrar-se à oferta dos serviços socioassistenciais, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

§ 1º A oferta de benefício eventual nessa situação objetiva garantir o restabelecimento das Seguranças Sociais que foram comprometidas com o evento incerto; envolve o processo de acolhida e recuperação da autonomia dos sujeitos sociais, promovendo tanto o acesso a bens materiais quanto imateriais no restabelecimento do convívio familiar e comunitário dos beneficiários.

§ 2º O benefício eventual ofertado na situação de vulnerabilidade temporária para indivíduos e famílias é identificado expressamente no artigo 7º, do Decreto nº 6.307/2007, na forma das seguintes modalidades: alimentação, transporte/passagem, hospedagem, documentação, tarifas e domicílio.

§ 3º Os riscos, perdas e danos, de que trata o caput, podem decorrer:

- I – Da falta de acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família;
- II – Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
- III – Da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;
- IV – De desastres e de calamidade pública;
- V – De outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 31 de 38



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



Art. 16º O benefício será concedido na forma de pecúnia, bens de consumo ou serviço, em caráter temporário, sendo o seu valor e duração definidos de acordo com a situação em que o indivíduo ou sua família estão momentaneamente impossibilitados de lidar com o enfrentamento de situações específicas, cuja ocorrência impede ou fragiliza a manutenção daquele indivíduo, da unidade familiar ou limita a autonomia de seus membros, identificados nos processos de atendimento dos serviços.

Parágrafo único: Os benefícios tratados neste artigo devem guardar relação otimizadora com os serviços (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial e outros previstos no SUAS).

Art. 17º O benefício eventual na forma de **Auxílio Alimentação**, tem como objetivo o atendimento emergencial das famílias que se encontram em vulnerabilidade e risco social, com a finalidade de auxiliar no custeio da alimentação, para suprir situações esporádicas, de prestação temporária não contributiva.

Parágrafo único. Consiste em prestação temporária, destinada aos usuários da Política da Assistência Social, fragilizados economicamente e em situação de risco social, com vistas a garantir o acesso às suas necessidades básicas de subsistência, provenientes de recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 18º A alimentação como benefício de natureza eventual deve ter sua provisão garantida em momentos emergenciais, destinando-se à:

- a) Famílias usuárias ou não da política de Assistência Social;
- b) Famílias com Idosos sem capacidade física e ou mental para composição de renda, e ou que tenham membros com impossibilidade de desempenhar as atribuições definidas para os cargos, funções ou empregos, provocada por alterações patológicas decorrentes de doenças ou acidentes, em sua composição;
- c) Gestantes;
- d) Famílias numerosas, com crianças e adolescentes;
- e) Famílias que tiveram o abandono do provedor;
- f) Famílias com seus membros adultos provedores impossibilitados de desempenhar as atribuições definidas para cargos, funções ou empregos, provocada por alterações patológicas decorrentes de doenças ou acidentes, estando assim em tratamento de saúde, impedidos de se inserir no mercado de trabalho;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 32 de 38



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



- g) Famílias monoparentais que vivam de trabalhos esporádicos;
- h) Famílias em acompanhamento pelo Proteção Social Básica ou Proteção Social Especial (na falta deste, Técnico de Referência da Média e Alta Complexidade);
- i) Morador de rua e ou pessoas em situação de rua.

§ 1º O benefício em forma de pecúnia,devendo ser na modalidade de “Pix” e ou transferencia bancária para conta do beneficiário onde será concedido de acordo com:

- a) Composição familiar de até duas pessoas, sendo o valor de **R\$ 150,00**.
- b) Composição familiar de acordo com itens “b” à “h” do art. 18º, acrescentará mais **R\$50,00** por membro familiar, podendo chegar ao teto máximo de **R\$ 450,00**.

§ 2º O Auxílio Alimentação será destinado única e exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza, sendo vedada a aquisição de cigarro, bebidas alcoólicas ou outros produtos que não se enquadram nas especificações descritas neste artigo; quando na forma de bens de consumo ou serviços, e poderá **ser ofertado até 03 (três) vezes do decorrer de um ano**.

§ 3º Quando houver a necessidade de uma provisão alimentar contínua, ocasionada por desemprego acentuado será encaminhado para o programa de segurança alimentar municipal.

Art. 19º O Auxílio Passagem atenderá os usuários da Política de Assistência Social, que se encontrem em trânsito no município e em situação de vulnerabilidade, pela qual não tenha outro meio de voltar à sua cidade de origem, ou para os residentes no Município, que necessitem de referido auxílio para evitar o rompimento de vínculos familiares.

§ 1º O benefício eventual para acesso a **transporte ou passagem** terá como objetivo reduzir desigualdades, promover inclusão social, acessos básicos a equipamentos sociais.

§ 2º Para concessão do referido benefício, a equipe deve observar a existência de referência no município de origem, dentro das premissas do SUAS e jamais com o cunho higienista.

§ 3º O benefício consistirá em Auxílio em passagens, mudança ou traslado, municipal, intermunicipal e estadual que atenderá pessoas em situação de rua, ou em

10

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 33 de 38



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



situação de risco que pretendem regressar a sua cidade de origem ou cidade com familiares, bem como, para residentes no Município que tenham familiares em outras localidades, ou inseridos no sistema prisional, com o objetivo de evitar o rompimento de vínculos familiares, sendo concedido:

I- Para retorno do indivíduo ou família à cidade natal, em decorrência do afastamento de situação de violação de direitos e ausência de vínculos no município, buscando restabelecer os vínculos na cidade de origem.

II- Para atender situações de migrações, conforme interesse dos próprios migrantes, deixando a condição de migrante após seis meses de residência no município.

III- Necessidade de Fortalecer Vínculos com familiares (pais, irmãos e filhos) em outras localidades, objetivando não rompimento desses laços para o não isolamento social e parental.

IV- Famílias que tem entre seus membros (pais, irmãos e filhos) no sistema prisional do estado de São Paulo, privados da liberdade, por cumprirem penalidades, evitando o rompimento do vínculo familiar, bem como para posterior reinserção do mesmo ao seio familiar.

§ 4º O benefício será concedido na forma pecúnia,devendo ser na modalidade de “Pix” e ou transferencia bancária para conta do beneficiário, uma única vez, nos casos dos itens “I” e “II”, sendo o seu valor de acordo com o transporte correspondente ao destino.

§ 5º O benefício será concedido na forma de bens de consumo e/ou serviços:

- a. No caso do item “III”, no máximo de 02 (duas) viagens no decorrer de um ano.
- b. No caso do item “IV”, no máximo de 04 (quatro) viagens no decorrer de um ano.

Art. 20º O Auxílio Hospedagem consistirá na contratação de hospedagem e alimentação temporárias, nos casos em que a(s) pessoa(s) se encontrem em situação de rua, em trânsito, com impossibilidade de serem atendidas com o Auxílio Passagem de forma imediata, famílias que tenham suas residências acometidas por casos fortuito ou força maior, ou ainda em situação de calamidade pública; violência e risco iminente, da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo a si e a seus filhos; da



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 34 de 38



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida; de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Parágrafo único. A contratação de hospedagem não deverá ultrapassar a 04 (quatro) pernoites consecutivos e/alternados, no período de 01 (um) ano.

Art. 21º O benefício eventual na forma de **Auxílio Documentação**, tem como objetivo o atendimento emergencial das famílias que se encontram em vulnerabilidade e risco social, com a finalidade de auxiliar no custeio de segunda via de documentos que exijam o pagamento de taxas de emissão, fotos 3x4, depois de verificada a inexistência de gratuidade para este fim, para suprir situações esporádicas, de prestação temporária não contributiva.

Parágrafo Único. Consistem em prestação temporária destinado aos usuários da Política da Assistência Social fragilizados economicamente e em situação de risco social, com vistas a garantir o acesso às suas necessidades básicas de subsistência, provenientes de recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social, sendo concedidos uma única vez por pessoa, durante o ano, ou conforme avaliação dos técnicos.

Art. 22º O benefício **Auxílio Aluguel** será realizado diante da presença de situações de risco social, prioritariamente para prevenir situações de rompimento de vínculos familiares, mediante a apresentação do contrato de locação em nome do responsável familiar, de acordo com as vulnerabilidades abaixo descritas:

- a) Situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
- b) Perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça a vida;
- c) Outras situações sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.
- d) Presença de violência física ou psicológica na família ou por situações de ameaça à vida como trabalho infantil, conflito com a lei, abuso ou exploração sexual, negligência, isolamento, maus-tratos por questões de gênero e discriminação racial e sexual;
- e) Processo de reintegração familiar e comunitária de crianças, adolescentes e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva;

12

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 35 de 38



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



f) Famílias que se encontram em moradias em condições de risco;

Parágrafo único: O benefício será concedido em forma de pecúnia, devendo ser na modalidade de “Pix” e ou transferência bancária para conta do beneficiário, correspondente ao valor de **até R\$ 500,00 (quinhentos reais), com custeio de até 03 (três) meses de aluguel por ano.**

Art. 23º O Benefício Auxílio no Custeio de Tarifas de água, energia elétrica e gás - será realizado prioritariamente para famílias com crianças e/ou idosos e diante da presença de risco social, com a possibilidade de custeio de até 03 tarifas ou recargas durante o ano.

§ 1º No caso de **excepcionalidades**, onde a utilização de energia e/ou água é essencial para manutenção da vida do usuário, sendo necessário uma avaliação técnica dos profissionais do SUAS, pautados no direito a vida, na garantia de direitos e sobrevivência se estenderá quantidade de tarifas o quanto se fizer necessário.

§ 2º Também atenderá situações de **desabrigo dos serviços de acolhimento** institucional da assistência social, auxiliando no processo de reconstrução de seus vínculos familiares.

Art. 24º - São documentos essenciais para concessão do benefício eventual prestado em virtude de vulnerabilidade temporária:

I. Documento pessoal com foto, de todos os membros do núcleo familiar e, em caso de perda destes, apresentação do boletim de ocorrência (BO), caso não esteja no cadastro único.

II. Comprovante de residência e atualização do Cadastro Único.

III. Procuração, caso necessário.

Parágrafo Único: a procuração será exigida quando o benefício for concedido a pessoa ou família que se encontram incapaz de locomoção, tutelado, com guarda provisória e ou curatela.

DO AUXÍLIO À SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Art. 25º Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 36 de 38



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



Parágrafo Único. Em situação de calamidade pública deve ser levado em consideração a oferta dos benefícios eventuais já existentes no município.

Art. 26º Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos a comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

Art. 27º O benefício na forma de aluguel social, poderá ser requerido em caso de decretação de calamidade pública e ou situação de emergência devendo ser fornecido após o deferimento do pedido.

Art. 28º O aluguel social será fornecido pelo período de **até 06 (seis) meses, sendo seu valor até a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos) reais.**

Art. 29º São documentos essenciais para a concessão do aluguel social, além daqueles previstos no § 2º, do Artigo 5º e 24º desta Resolução:

- a. Laudo de vistoria técnica do Setor Municipal de Engenharia Civil ou Corpo de Bombeiros reconhecendo a necessidade de desocupação do imóvel; ou
- b. Documento oficial, emitido por órgão responsável, que comprove que o requerente reside na área afetada.

Art. 30º Nos casos em que a pessoa ou família não se enquadrar nos critérios estabelecidos nesta Resolução, o técnico responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais poderá conceder o benefício mediante parecer técnico.

Art. 31º O teto por família na concessão deste benefício em forma de pecúnia,devendo ser na modalidade de “Pix” e ou transferencia bancária para conta do beneficiário ou bens de consumo será de até **R\$ 500,00 (quinhentos) reais.**

DA COMPETÊNCIA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 32º Caberá a Secretária da política de Assistência Social do município a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como seu financiamento total ou compartilhado com outras esferas de governo.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 37 de 38



CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP



Art. 33º O Órgão Gestor Municipal da política de Assistência Social, juntamente com o Conselho Municipal de Assistência Social, fará uma avaliação e revisão desta resolução no segundo semestre de 2023 por meio de comissão técnica especialmente formalizada para este fim.

Art. 34º O Órgão Gestor Municipal da política de Assistência Social, apresentará seu plano de ação e competências em casos de calamidade ou emergência pública.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 35º O pagamento dos benefícios eventuais será feito no prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis**, e preferencialmente mediante **transferência bancária ou pix na conta do requerente**.

Art. 36º Não são benefícios eventuais dá assistência social, as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da habitação, e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 37º Caberá aos Equipamentos da Política de Assistência Social de Indaporã:

- I. A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento e a avaliação do atendimento com os benefícios eventuais.
- II. A realização de estudos da realidade e constante monitoramento das demandas para o atendimento com os benefícios eventuais.
- III. Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Parágrafo Único. Os Equipamentos Política de Assistência Social deverão encaminhar relatórios destes atendimentos, semestralmente, ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 38º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria, previstas na Unidade Orçamentária "Fundo Municipal de Assistência Social" e sujeita a disponibilidade financeira, recursos das fontes: municipal e estadual.

Parágrafo único. Os benefícios regulamentados nesta Resolução deverão ser pagos até trinta dias após o requerimento.

15

FONE (17) 3485-1321
AVENIDA CAVALIN, Nº 933 – CENTRO – CEP 15520-000 – VALENTIM GENTIL – SP



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL

Conforme Lei Municipal nº 2.109, de 28 de outubro de 2015

Terça-feira, 10 de janeiro de 2023

Ano VIII | Edição nº 1587

Página 38 de 38



**CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL AVENIDA CAVALIN, Nº 9-33 BAIRRO:CENTRO
FONE: (17) 3485-1321
CEP 15520-000 - VALENTIM GENTIL/SP**



Art. 39º O Poder Executivo, no que couber, regulamentará a presente Resolução através de Decreto.

Art. 40º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, regulamentando a Lei Municipal n.º 915 de 31 de agosto de 2017.

Valentim Gentil -SP, 27 de Dezembro de 2022.

**Karina de Oliveira Santos
Presidente do CMAS Valentim Gentil/SP**